



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Fevereiro de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em fevereiro de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	6
Equador	7
Guiana	10
Peru.....	12
Suriname	14
Venezuela	15
OTCA	15

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de fevereiro de 2026 na Bolívia foi marcado pelos significativos investimentos recebidos pelo país para a implementação da transição energética, um dos pilares da agenda ambiental do governo Paz. No dia 2 de fevereiro, ocorreu um encontro entre representantes do governo boliviano e da missão de alto nível da União Europeia (UE), conhecida como Equipe Europa. A reunião teve como objetivo reforçar as relações bilaterais e novas parcerias voltadas à transição energética, à governança e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, foram abordados os avanços do país e as oportunidades para fortalecer as prioridades nacionais no enfrentamento dos desafios globais e ambientais [1][2]. Nesse contexto, a Equipe Europa apresentou a estratégia *Global Gateway*, detalhando suas principais linhas de trabalho e enfatizando a importância de aprofundar e estreitar as alianças com os países sócios. As autoridades europeias também ressaltaram o papel do multilateralismo no enfrentamento dos desafios globais, especialmente referente às mudanças climáticas [2].

No âmbito da estratégia *Global Gateway*, realizou-se um painel intitulado “*Hacia la construcción de una alianza estratégica Bolívia-Unión Europea para la movilización del financiamiento climático*”, com o objetivo de analisar as oportunidades de acesso a financiamento climático, principalmente para transição energética e energia limpa, e fortalecer o diálogo técnico e institucional para a estruturação de mecanismos de financiamentos sustentáveis [3]. Em seu discurso, o vice-ministro do Ministério do Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente da Bolívia, Jorge Ernesto Ávila, destacou que o apoio ao financiamento climático representa uma oportunidade estratégica para a geração de atividade econômica, divisas e desenvolvimento sustentável na Bolívia. Nesse contexto, o vice-ministro também ressaltou os desafios institucionais enfrentados pelo país, decorrentes da existência de múltiplas instâncias com competências similares, afirmando ser necessário uma reestruturação institucional sólida e credível. Em suas palavras, “o principal objetivo é constituir uma governança clara e transparente que permita administrar esses processos de maneira responsável, evitando riscos como o *greenwashing* e garantindo uma ação climática real e efetiva” [3].

Durante o painel, foram identificados setores prioritários para cooperação e investimento, entre eles: energia e redes elétricas, mobilidade urbana limpa, água e adaptação, infraestrutura resiliente frente aos eventos climáticos e o fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis [3]. No dia 5 de fevereiro, como resultado desse encontro, a Equipe Europa,

juntamente à Cooperação Alemã (GIZ), transferiu um fundo equivalente a US\$10,6 milhões, destinados ao fortalecimento da transição energética regional, à diversificação da matriz energética do país e ao desenvolvimento do hidrogênio verde, com foco na redução da dependência do gás e na diminuição da queima de combustíveis fósseis [4]. O ministro de Hidrocarbonetos e Energia, Maurício Medinacelli, ressaltou que este plano de energias alternativas faz parte da estratégia do governo e da projeção da Bolívia como um potencial eixo de conexão energética na região [4].

A missão europeia também demonstrou interesse no lítio boliviano. Durante os dias de trabalho, a equipe visitou o *Complejo Industrial de Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB), localizado no departamento de Potosí [4]. O objetivo da visita foi explorar possíveis alianças e mecanismos de cooperação. Representantes de empresas francesas, alemãs, espanholas e italianas, bem como instituições bancárias, participaram e demonstraram interesse no desenvolvimento industrial, no potencial produtivo e nas oportunidades de investimento no setor de lítio [5]. Segundo Luis Osório, vice-ministro de Energias Alternativas da Bolívia, o propósito da visita foi “analisar o potencial real que existe [no país] para o desenvolvimento do lítio e de recursos evaporíticos [...] e manifestar um interesse claro em maximizar a produção estatal e atrair investimentos adicionais” [5]. Fernández Shaw, diretor de Associações Internacionais da Comissão Europeia para a América Latina, afirmou que, por meio desta visita, os representantes europeus puderam avaliar como podem “ajudar” o projeto boliviano, além de identificar áreas na planta industrial que poderiam ser aprimoradas para melhorar o seu desempenho. Ele concluiu afirmando: “acreditamos que a Bolívia tem um futuro importante no contexto da transição energética, especialmente no desenvolvimento de baterias” [4] [5].

Referências

[1] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/02/02/24159/>

[2] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21099>

[3] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21096>

[4] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/alemania-ue-activan-us-10-6-millones-energias-dialogo-estrategico_1770289272

[5] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/02/05/una-mision-de-la-union-europea-visito-un-complejo-industrial-estatal-de-litio-en-bolivia-para-evaluar-alianzas/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em fevereiro de 2026, não houve ações políticas relevantes do presidente da República ou do Ministério de Relações Exteriores relacionadas à Pan-Amazônia. Entretanto, o período foi marcado pela dicotomia do governo federal de manifestar, por um lado, avanços em políticas públicas de uso da terra na região e, por outro lado, a continuidade de políticas públicas de produção de energia fóssil. No dia 2, foi divulgado o Plano Clima, que detalha como o Brasil reduzirá as emissões de GEE entre 59% e 67% até 2035, na comparação com os níveis de 2005. Ao passo que as medidas de mitigação incluem a redução do desmatamento, a recuperação de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas e a ampliação da área de sistemas agroflorestais em 20,3 milhões de hectares em todo o país, o plano não avançou um planejamento para o abandono de combustíveis fósseis [1] [2]. Segundo a imprensa, a forma desse planejamento vem sendo disputada entre, de um lado, o Ministério de Minas e Energia, que busca centralizá-lo, e os Ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, que defendem uma governança transversal no nível federal [3].

Além disso, no tema de uso da terra, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou que, entre agosto de 2026 e janeiro de 2026, houve o menor desmatamento semestral da Amazônia Legal em sua série histórica: 1.324 km², conforme anunciado em 12 de fevereiro. Em comparação, a área desmatada entre agosto de 2024 a janeiro de 2025 havia sido de 2.050 km² [4]. Para reforçar o combate ao desmatamento, o governo federal lançou um edital, no dia 2, para contemplar agricultores familiares no âmbito do programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia (UcM). O montante de R\$ 131,9 milhões, oriundos do Fundo Amazônia, será destinado a moradores de 48 cidades prioritárias que aderiram ao projeto em 2024. A iniciativa procura fortalecer medidas de regularização ambiental e fundiária, oferecendo assistência técnica e extensão rural às famílias atendidas. A União também instruirá sobre a implementação de práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais [5]. Outro edital do Fundo Amazônia, no valor de R\$ 80 milhões, apoiará ao menos 32 projetos de produção agrícola e extrativista de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na Amazônia Legal [6].

Também em fevereiro, foram publicados estudos sobre o custo econômico do desmatamento. Uma pesquisa conduzida pela University of Leeds demonstrou que as chuvas da Amazônia proporcionam uma produção de cerca de R\$ 103 bilhões para a agricultura

regional. Outro estudo, publicado pela Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade (Rede PP&S), revelou que, caso o Brasil tivesse evitado o desmatamento na Amazônia nas últimas quatro décadas, o país poderia ter economizado quase R\$ 5,7 bilhões por ano. Em última instância, esses custos acabam sendo repassados aos consumidores, que pagam pelas consequências climáticas do desmatamento [10][11].

Por sua vez, no tema da produção de energia, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) autorizou, no dia 4, que a Petrobras retomasse os trabalhos de abertura do poço Morpho, no bloco FZA-M-59, na Foz do Amazonas, após a conclusão de análises técnicas sobre o vazamento de 20 mil litros de fluidos de perfuração ocorrido no mês passado [7]. Além disso, a Petrobras divulgou um relatório, no dia 10, sobre suas atividades em 2025, o qual revelou um recorde na sua produção diária média: 2,99 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) – dado que soma a extração de petróleo e gás fóssil. Considerando apenas petróleo, o valor foi de 2,4 milhões de barris por dia. A exportação desse petróleo também foi recorde: 765 mil barris por dia, o que significou que 1/3 da produção doméstica foi destinada para o exterior. 52% desse petróleo exportado no 4º trimestre de 2025 foram para a China [8]. Em outro levantamento, feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) sobre o comércio exterior brasileiro em 2025, a venda de petróleo e derivados foi equivalente a 43,3% dos US\$ 68,3 bilhões de superávit total da balança comercial anual, um recorde de participação no total [9].

Por fim, para além dos temas de uso da terra e produção de energia fóssil, o mês também foi marcado por polêmicas relacionadas à concessão de hidrovias na Amazônia à iniciativa privada. No dia 23, o governo federal revogou o decreto nº 12.600, publicado em agosto de 2025, que havia incluído as hidrovias no Programa Nacional de Desestatização. O decreto passou a ser alvo de protestos de povos indígenas do Baixo Tapajós, que ocuparam o terminal portuário da empresa estadunidense Cargill em Santarém, no Pará. O ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, apoiaram a revogação [12].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/02/plano-clima-aponta-que-brasil-dependera-de-corte-inedito-no-desmatamento-para-atingir-meta-de-emissoes.shtml>
[2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/08/plano-clima-nao-menciona-fim-dos-combustiveis-fosseis-e-faz-agrado-ao-agro/>

- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/08/divergencias-entre-ministerios-atrasam-diretrizes-para-mapa-do-caminho-contr-a-dependencia-dos-combustiveis-fosseis/>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/areas-sob-alerta-de-desmatamento-caem-35-na-amazonia-e-6-no-cerrado-de-agosto-de-2025-a-janeiro-de-2026>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/02/anater-lanca-edital-para-regularizar-areas-e-apoiar-a-producao-em-7-3-unidades-da-agricultura-familiar-na-amazonia-legal>
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/02/fundo-amazonia-lanca-chamada-publica-de-r-80-milhoes-para-producao-sustentavel>
- [7] Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/02/04/anp-petrobras-foz-do-amazonas.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/11/petrobras-bate-recorde-de-exportacao-de-petroleo-em-2025/>
- [9] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/02/06/superavit-comercial-do-brasil-e-cada-vez-mais-dependente-do-petroleo.ghtml>
- [10] Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/662497-floresta-na-amazonia-gera-chuvas-que-valem-bilhoes-de-dolares>.
- [11] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/03/02/desmatamento-na-amazonia-custou-us-11-bilhao-ao-ano-em-energia/>.
- [12] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/02/23/aps-protestos-governo-revoga-decreto-que-abria-espao-para-concesso-de-hidrovias-na-amaznia.ghtml>

Colômbia

Por **Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli**

No dia 16 de fevereiro, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia promoveu um encontro com lideranças dos Núcleos de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade de Caquetá, região apontada como essencial para o projeto nacional de redução do desmatamento. Realizada pelo Comitê Ampliado de Luta contra o Desmatamento, a reunião visava reforçar a articulação “entre o Governo Nacional, as entidades territoriais, o Sistema Nacional Ambiental (Sina) e os atores locais” [1]. Além disso, havia a expectativa de integrar tal região aos sistemas de alerta de desmatamento, popularizar o conhecimento acerca das leis que tratam sobre crimes ambientais e “consolidar ações conjuntas no bioma amazônico” [1].

Já em 25 de fevereiro, o mesmo Ministério apresentou o progresso alcançado na implementação do Zoneamento Ambiental Participativo, em conformidade com o Acordo de Paz de 2016 [2]. Trata-se de uma forma de ordenamento da gestão do território, por meio da construção de consensos entre seus habitantes, definindo os usos que melhor se adaptam às necessidades e às características territoriais. De acordo com o governo colombiano, até dezembro de 2025 haviam sido realizados sete processos de Zoneamento Ambiental

Participativo nos departamentos de Caquetá e Guaviare. Ademais, 45 bilhões de pesos colombianos foram alocados para a formulação desses instrumentos em 17 municípios dos departamentos amazônicos de Caquetá, Meta e Guaviare [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-intensifica-acciones-para-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia-con-las-comunidades/>

[2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-presenta-avances-en-zonificacion-ambiental-del-acuerdo-de-paz/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 2 de fevereiro, o governo equatoriano anunciou a suspensão de todas as atividades de mineração na província de Napo, situada na região amazônica [1]. Conforme resolução publicada¹ pelo Ministério do Ambiente e Energia (MAE), representado por Inés Manzano, a decisão responde ao aumento desenfreado da mineração ilegal, atividade que gera inúmeros impactos ambientais, sociais e de segurança. A medida também abre espaço para que o governo elabore ações de prevenção, controle e avaliação sobre o uso do território. Segundo informações, as atividades atingem principalmente os recursos hídricos de Napo, gerando contaminação de rios e florestas.

A decisão de suspender a mineração na província, a qual englobará projetos em andamento e em etapa inicial, bem como atividades de extração metálica e não metálica, foi apoiada pela Câmara de Mineração, entidade empresarial que afirmou que contribuirá com o governo para ações de controle e fiscalização [2]. O órgão privado ressaltou que a mineração legal é respaldada por critérios ambientais e sociais rigorosos e que as empresas que violam a legislação vigente devem ser penalizadas. A instituição defendeu a mineração “responsável, transparente e alinhada com a proteção do ambiente e o desenvolvimento sustentável do país”.

Ainda no tema da mineração, um estudo do *Instituto de Investigación Geológica y Energético* (IIGE), identificou indícios de terras raras— como neodímio e ítrio — na região do rio Cofanes, província de Sucumbíos, no norte da Amazônia equatoriana. Também foram detectados elementos como berílio e zircônio [3]. Há possibilidades adicionais no centro e sul

¹ Declaração MAE-MAE-2026-0005-RM

do país, entre Oña e Yacuambi. Em 4 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos assinaram com o Equador e outros países um Acordo Marco para o Asseguramento do Fornecimento de Minerais Críticos e Elementos de Terras Raras, que prevê facilitação de investimentos, aceleração de permissões ambientais e identificação de projetos em até seis meses [4]. Em 11 de fevereiro de 2026, o secretário adjunto de Estado dos EUA, Caleb Orr, afirmou em coletiva que o acordo busca fortalecer a cooperação bilateral, identificar projetos estratégicos e promover investimentos no setor mineral equatoriano. A notícia destaca que empresas chinesas ampliaram sua presença no setor, incluindo o interesse da Jiangxi Copper no projeto de cobre Cascabel e a compra do projeto de ouro Cangrejos pela CMOC Singapur. Também menciona que a mina Mirador, a única de cobre com grande escala em operação no país, é administrada pela empresa chinesa Ecuacorriente.

O coletivo *Napo Ama la Vida* sinalizou que, embora o Estado reconheça a existência de contaminação e violação ambiental provocadas pela mineração, as autoridades responsáveis devem agir para garantir a restauração total do ecossistema, os direitos da Natureza e os direitos humanos da população afetada. Criticando a falta de transparência dos indicadores usados pelo governo, o grupo pressiona para a instauração de um acompanhamento contínuo das atividades, com presença permanente no território e verificação diária, como contraponto à proposta de monitoramento quinzenal anunciada pelo MAE. O coletivo argumenta que ações reais devem incluir planos de remediação, metas, indicadores, orçamento, monitoração independente e participação comunitária. Além disso, solicita ao MAE um plano de emergência ambiental que inclua a declaração de um estado de exceção focalizado para conter a mineração ilegal em Napo.

Na esteira dos acontecimentos, uma semana após a publicação da resolução do MAE, o governo anunciou os primeiros resultados operativos [5]. Com apoio da Agência de Regulação e Controle de Mineração (ARCOM) e das Forças Armadas, o Ministério suspendeu 89 concessões de mineração, 54 plantas de processamento de minerais e 409 toneladas de material, o que atingiu cerca de 84% das atividades em Napo. Nas províncias de Loja e El Oro, o MAE suspendeu 46 concessões e 54 fábricas de processamento, respectivamente. A Ministra Inês Manzano afirmou que as ações visam proteger os recursos hídricos, conservar o meio ambiente e garantir a segurança das comunidades que vivem no local. Ela afirmou que as operações continuarão até que 100% das suspensões sejam concluídas.

As intervenções do MAE em Napo ocorreram paralelamente ao debate sobre as reformas da Lei de Mineração e da Lei de Energia Elétrica do Equador. No final de janeiro, o presidente Daniel Noboa enviou para o Legislativo o projeto *Ley Orgánica para el*

Fortalecimiento de los Sectores Estratégicos de Minería, afirmando que as modificações buscavam ampliar o investimento externo na atividade [6]. De acordo com o MAE, o objetivo da iniciativa seria adequar a legislação vigente ao *Código Orgánico del Ambiente (COA)*, de 2017, e o *Reglamento Ambiental para Actividades Mineras (RAAM)*, de 2009 [7]. Contudo, organizações sociais e ambientalistas foram críticas à proposta. Para o presidente da *Coordinadora Ecuatoriana de Organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (Cedenma)*, Gustavo Redin, a discussão foi apressada e não contou com a participação da sociedade civil [8].

Um dos pontos mais controversos do projeto foi a substituição do termo “licença ambiental” por “autorização administrativa ambiental” com modificações ao Art. 26 da Lei de Mineração. De acordo com Redin, o significado e o alcance dessa “autorização” não estavam claros, o que poderia comprometer a apresentação de estudos de impacto ambiental e os processos de consulta aos povos indígenas indispensáveis para a instalação de novas plantas. Representantes do MAE e da Câmara de Mineração afirmaram que a troca da nomenclatura não implicará na eliminação da licença, mas garantirá a ampliação de licenças e registros disponíveis conforme as etapas dos projetos e dos pressupostos definidos no COA.

Dois pontos adicionais também foram criticados por Redin: a simplificação dos trâmites na etapa de exploração, que permitirá sua extensão por 15 anos sem etapas intermediárias, e a definição de “áreas com proteção de segurança estratégica” em determinados locais onde a mineração legal opera. Quanto a isso, o representante afirmou que essa modificação abriria espaço para intervenções diretas das Forças Armadas nos territórios, aumentando o nível de conflitividade social.

Mesmo com críticas, no dia 26 de fevereiro, o projeto foi aprovado, com 77 votos favoráveis, 70 contrários e 4 abstenções, incluindo o posicionamento condicionado de três legisladores da região amazônica ex-filiados ao *Pachakutik* e apoio da *Acción Democrática Nacional (ADN)*, partido do presidente Daniel Noboa [9][10]. De acordo com a imprensa, a bancada do *Revolución Ciudadana* se pronunciou contra a aprovação, alegando que a proposta permitirá a mineração em larga escala no território equatoriano. A votação foi acompanhada por protestos no lado externo da Assembleia Nacional.

Por fim, o Ministério do Ambiente do Equador lançou, em 25 de fevereiro de 2026, o projeto CONECTA ASL3, destinado a fortalecer a conectividade ecológica entre os Andes e a Amazônia por meio da proteção de 1.038.377 hectares de floresta que abrangem seis províncias [11]. A iniciativa integra os corredores ecológicos Llanganates–Sangay e Sangay–Podocarpus,

conectando áreas protegidas como o Parque Nacional Sangay e o Parque Nacional Río Negro Sopladora Tinajillas Río Gualaceño. O projeto prevê metas como o manejo aprimorado de 577 mil hectares de áreas protegidas, governança inclusiva em 461 mil hectares, promoção de 600 hectares de agricultura regenerativa, restauração de 400 hectares e benefícios diretos para 56 mil pessoas. Com duração de quatro anos e orçamento de US\$ 4,6 milhões, sua execução será coordenada com organizações locais para garantir sustentabilidade a longo prazo.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/ecuador-suspende-actividades-de-mineria-en-napo-por-tiempo-indefinido/>
- [2] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/camara-de-mineria-del-ecuador-respalda-medidas-contra-la-mineria-ilegal-en-napo/>
- [3] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/posible-presencia-tierras-raras-livianas-norte-amazonia-ecuador-116463/>
- [4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/estados-unidos-ecuador-tierras-raras-cobre-oro-suministro-china-115849/>
- [5] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/suspension-mineria-deja-resultados-en-napo-loja-el-oro/>
- [6] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/gobierno-reforma-mineria-minas-oro-cobre-licencia-ambiental-registro-controles-115263/>
- [7] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/gad-regalias-minas-mirador-fruta-norte-licencia-ambiental-mineria-115278/>
- [8] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/organizaciones-ambientales-proyecto-reforma-minera-asamblea-debate-116784/>
- [9] Disponível em: <https://www.primicias.ec/politica/asamblea-ley-urgente-mineria-electricidad-amazonia-adn-correismo-pachakutik-116825/>
- [10] Disponível em: <https://www.primicias.ec/politica/asamblea-votacion-ley-urgente-bancada-adn-expulsion-ley-minera-paco-cepeda-116880/>
- [11] Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/nacional/2026/02/26/corredores-ecologicos-andes-amazonia-ecuador-conservacion/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 17 e 20 de fevereiro, foi realizada a *Guyana Energy Conference and Supply Chain Expo 2026*, em Georgetown, capital da Guiana. O evento tem sido realizado anualmente desde 2022 e é patrocinado, principalmente, pela ExxonMobil. O objetivo principal da conferência de 2026, assim como das anteriores, é promover condições favoráveis para a captação de investidores no país [1].

Na ocasião, o presidente da Exxon afirmou que a empresa está desenvolvendo rapidamente as capacidades necessárias para o fornecimento de gás natural ao país. Contudo, seria necessário que o Estado da Guiana aumentasse os investimentos em infraestrutura, a fim de criar demanda para esse fornecimento. Ainda durante o evento, o presidente Irfaan Ali reforçou que o país lançou um processo altamente competitivo para a construção de uma usina hidrelétrica — *Amalia Falls hydroelectric plant* — em Potaro-Siparuni, que fica na região 8 do país, em uma área de continuidade amazônica [2][3].

As considerações acima tratam de dois projetos distintos, porém ambos referentes ao setor energético. A segurança energética é um objetivo declarado do governo Ali, o que implica na capacidade de diversificação das fontes. Sendo assim, poderíamos tratar os temas apenas a partir dos interesses guianenses e de suas condições concretas para atingir tais objetivos. Contudo, a conjuntura internacional exige que apresentemos, mesmo que breve, uma outra dimensão dessa dinâmica [4].

Em janeiro, os Estados Unidos invadiram a Venezuela, sequestraram seu presidente e obrigaram o país a diversificar seus mercados. Ou seja, um Estado com capacidades superiores no quesito militar forçou um tipo de relação econômica mais liberal por parte da Venezuela — Kindleberger (1973) e Gilpin (1987) poderiam explicar a situação através da Teoria da Estabilidade Econômica [4][5][6]. Essa violência cometida pelos EUA conecta-se diretamente com o presente econômico da Guiana, pois a Exxon avança em seus planos conforme os militares estadunidenses garantem a “segurança regional”. Poderíamos ir além e mencionar a disputa entre China e EUA na América do Sul, assumindo que as ações são uma expressão da tomada de espaços de valorização e acumulação de capital por parte dos EUA. Contudo, talvez seja mais importante deixar claro que a Guiana e suas reservas de petróleo são parte do cálculo geopolítico estadunidense. Portanto, as dinâmicas observadas nessa região amazônica refletem as disputas de poder global.

Referências

- [1] Disponível em: <https://guyanaenergy.gy/conference/past-conferences>
- [2] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/exxon-committed-moving-fast-develop-gas-guyana-executive-says-2026-02-17/>
- [3] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyana-launches-competitive-process-hydroelectric-project-president-says-2026-02-17/>
- [4] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-poised-to-be-powerhouse-in-caribbeans-energy-security-pres-ali/>

[5] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/jan/03/explosions-reported-venezuela-caracas>

[6] Disponível em: KINDLEBERGER, Charles P. The world in depression, 1929–1939. Berkeley: University of California Press, 1973.

[7] Disponível em: GILPIN, Robert. The political economy of international relations. Princeton: Princeton University Press, 1987.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Ao longo do mês de fevereiro, o Peru aprofundou sua agenda ambiental com foco na cooperação internacional para a proteção da Amazônia, no impulso à bioeconomia como modelo de desenvolvimento e no fortalecimento da governança regional e de fronteiras. Acerca do primeiro tema, o país consolidou, em 27 de fevereiro, uma aliança estratégica de longo prazo ao renovar a Declaração Conjunta de Intenção (DCI) com Noruega, Alemanha e Reino Unido para a proteção dos bosques amazônicos. O acordo, que vigorará até 2030, busca fortalecer a cooperação para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, proteger a biodiversidade e promover a gestão sustentável da Amazônia. A cerimônia de assinatura, realizada na sede da Chancelaria, contou com a participação dos ministros de Relações Exteriores, Hugo de Zela; do Meio Ambiente, Nelly Paredes; do Desenvolvimento Agrário, Felipe Meza; e da Cultura, Fátima Altabás, além de representantes dos países parceiros. A nova fase da DCI permitirá acelerar ações alinhadas à Lei Marco sobre Mudanças Climáticas e às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3.0), que estabelece o limite de emissão de 179 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2035. [1] [2]

Ainda no âmbito da cooperação bilateral, Peru e Reino Unido realizaram, no dia 20 de fevereiro, o “III Taskforce de Bioeconomia”, um espaço de articulação público-privada para acelerar o desenvolvimento de uma bioeconomia competitiva e sustentável na Amazônia. Coordenado pelo Ministério do Ambiente (MINAM), pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) e pela embaixada britânica, o encontro reuniu setor privado, comunidades amazônicas e academia. O MINAM anunciou o início da elaboração da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e discutiu-se a necessidade de consolidar condições habilitantes para o escalamento de bioprodutos, como acesso a financiamento, inovação e cumprimento de padrões internacionais. A embaixadora do Reino Unido no Peru destacou as oportunidades de investimento global em economia de baixo carbono, que superam os 10 bilhões de dólares até 2030. [3]

No plano de financiamento climático, o Peru aprovou seu primeiro projeto no marco do Acordo de Paris para a redução de emissões. A iniciativa, que envolve a transferência internacional de resultados de mitigação, representa um passo concreto na implementação dos compromissos climáticos do país e abre caminho para o mercado de créditos de carbono. Paralelamente, o MINAM deu um passo importante para a conservação dos ecossistemas ao aprovar o Plano de Ação ao 2030 da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica, estabelecendo metas e ações para fortalecer a gestão da biodiversidade no país. [3]

Após a troca de presidente no país, houve mudança na titularidade da pasta de Meio Ambiente. A nova ministra, Nelly Paredes del Castillo, que assumiu a pasta no dia 24, possui trajetória na gestão ambiental e na articulação com a cooperação internacional. Sua posse sinaliza uma possível continuidade das políticas de conservação amazônica e de promoção da bioeconomia. [4]

Diversas medidas foram implementadas para conciliar a preservação da biodiversidade com a produção agrícola sustentável na Amazônia. Entre elas, destacam-se o fortalecimento do protagonismo de mulheres amazônicas na produção de café e cacau livres de desmatamento; a conservação de mais de 8 mil hectares de florestas em Madre de Dios por meio da produção de castanha; e o anúncio de um bônus de bom pagador para negócios sustentáveis que cuidam da Amazônia. O MINAM também liderará o registro de projetos de créditos de biodiversidade para proteger ecossistemas e impulsionar ações articuladas para a proteção da floresta. [5] [6] [7] [8] [9]

No âmbito da política externa e da integração regional, a Chancelaria peruana expôs, em evento realizado em Iquitos pelo Dia da Amazônia Peruana, os avanços e resultados para o desenvolvimento da região. O diretor de Assuntos Amazônicos do Ministério das Relações Exteriores, César Aréstegui, destacou o fortalecimento da participação peruana na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), incluindo a presidência da Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO) e a condução da Subcomissão sobre Delitos Ambientais. Foram anunciados avanços no Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) e no Mecanismo Amazônico de Cooperação Amazônica (MACA), além de medidas de integração fronteiriça com Colômbia e Brasil e a criação de um regime aduaneiro especial para distritos de fronteira isolados. [10]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1359704-peru-noruega-alemania-y-reino-unido-renuevan-acuerdo-para-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia>
- [2] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1359762-peru-fortalece-proteccion-de-bosques-amazonicos-con-suscripcion-de-declaracion-conjunta-de-intencion-con-alemania-noruega-y-reino-unido>
- [3] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1357016-peru-y-reino-unido-impulsan-la-bioeconomia-amazonica-y-abren-nuevos-mercados-en-el-iii-taskforce-de-bioeconomia>
- [4] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1358348-nelly-paredes-del-castillo-juro-como-nueva-ministra-del-ambiente>
- [5] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1359096-mujeres-amazonicas-fortalecen-su-liderazgo-para-impulsar-cafe-y-cacao-libre-de-deforestacion>
- [6] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1358750-minam-destaca-iniciativas-que-fortalecen-la-conservacion-de-la-biodiversidad-en-diferentes-regiones-del-pais>
- [7] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1354479-minam-negocios-sostenibles-que-cuidan-la-amazonia-accederan-a-bono-por-buen-pagador>
- [8] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1350590-minam-liderara-registro-de-proyectos-de-creditos-de-biodiversidad-para-proteger-los-ecosistemas-del-pais>
- [9] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1355609-minam-aprueba-plan-de-accion-al-2030-para-fortalecer-la-gestion-de-biodiversidad-del-pais>
- [10] Disponível em:: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1352936-cancilleria-expuso-avances-y-resultados-para-el-desarrollo-de-la-amazonia>

Suriname

Por Guilherme Fritz

O mês foi marcado pela continuidade de uma controvérsia presente nos últimos meses, no Suriname, acerca da tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O país possui mais de 90% de seu território coberto pela Floresta Amazônica e é um dos poucos do mundo com emissões líquidas negativas de carbono, ou seja, absorve mais carbono do que emite. Um acordo assinado em 2024 entre o Ministério da Agricultura e a empresa Suriname Green Energy Agriculture N.V. prevê a concessão de terras que pode resultar no desmatamento de cerca de 130 mil hectares de floresta. Embora o projeto tenha sido firmado em 2024, atividades de desmatamento começaram recentemente e, segundo reportagens da imprensa local, a empresa teria iniciado as operações sem as devidas licenças ambientais. A situação tem gerado debates dentro do próprio governo e ilustra os desafios que a atual administração enfrentará para conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, especialmente considerando que a preservação da floresta foi uma das promessas centrais de campanha da atual presidente Jennifer Geerlings-Simons [1].

Referências

[1] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2026/02/another-controversial-land-deal-in-suriname-threatens-the-amazon-rainforest/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Assim como no mês anterior, em fevereiro de 2026 não foram registradas ações relevantes na agenda política venezuelana com relação ao território amazônico. A ausência de atividades pode ser atribuída às reorganizações político-institucionais que ocorrem no país após a retirada de Nicolás Maduro da presidência pelos EUA, em 3 de janeiro de 2026, e a ocupação do posto por Delcy Rodriguez.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de fevereiro, o Observatório Regional Amazônico (ORA/OTCA) lançou o Painel de Degradação Florestal da Amazônia, uma plataforma que reúne dados, mapas e gráficos sobre os oito países amazônicos [1]. Segundo especialistas, os dados sobre os níveis de degradação serão complementados por análises sobre as áreas de desmatamento, que subsidiarão políticas públicas baseadas em evidências para toda a região da Amazônia. O painel foi desenvolvido a partir do produto *Tropical Moist Forests* (TMF), elaborado pelo *Joint Research Centre* (JRC) da União Europeia, que monitora os níveis de degradação florestal com base em imagens fornecidas por satélites.

O ORA também participou do lançamento da ExpoMIF Virtual, um espaço que divulgará informações e boas práticas sobre o Manejo Integrado do Fogo (MIF) na Amazônia [2]. A plataforma foi construída pela OTCA e pela Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). Entre seus objetivos estão: fortalecer a cooperação técnica entre os países amazônicos, promover a troca de experiências, harmonizar práticas e apoiar a construção de capacidades dos países envolvidos em ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas aos incêndios florestais. A ExpoMIF é apoiada pelas agências de cooperação da Alemanha (GIZ) e da Suíça (COSUDE), por meio do projeto CoRAmazonia, em parceria com a FAO, o *Global Fire Management Hub*, o Programa Amazonia+ da União Europeia e o BID.

Durante o evento, autoridades da região apresentaram algumas iniciativas locais como a Plataforma AMA, da Bolívia, o *Programa Amazonía Sin Fuego* (PASF), do Equador, as

atividades “Fogo! Pantanal” e “Fogo! Amazônia” do Brasil, a estratégia Paamari, do Peru, e a Rede Nacional de Brigadas Comunitárias contra Incêndios Florestais, da Colômbia. Para o Secretário-Geral da OTCA, Martín von Hildebrand, o avanço do desmatamento, da degradação e dos efeitos das mudanças climáticas aumentam a frequência e a intensidade dos incêndios na região. Nesse contexto, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, afirmou que a gestão integrada do fogo é uma prioridade estratégica na agenda de trabalho da organização.

No dia 23, em comemoração ao Dia Internacional da Língua Materna e do Decênio Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032, a OTCA realizou o evento “Políticas e direitos linguísticos na Amazônia” [3]. O evento buscou conscientizar autoridades, lideranças indígenas e organismos internacionais sobre os direitos linguísticos e ações para proteção e revitalização das línguas indígenas amazônicas. Atualmente, a Amazônia é uma das regiões com a maior diversidade linguística do planeta, com cerca de 520 povos indígenas habitando em seu território. Para garantir a continuidade linguística e a preservação da memória histórica, a OTCA tem avançado na implementação da Resolução sobre Línguas e Culturas Amazônicas e na consolidação do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI).

No fim do mês, a especialista de dados do *GeoLab* do Banco Mundial, Isabel Ramos, visitou o ORA para compartilhar soluções baseadas em inteligência artificial desenvolvidas pelo banco [4]. A visita faz parte das estratégias desenhadas durante o *ORathon* realizado em agosto de 2025, na sede da OTCA em Brasília, que reuniu especialistas em tecnologia e ferramentas digitais. Para o coordenador do ORA, Arnaldo Carneiro, a cooperação entre o Banco Mundial e o ORA contribui para o posicionamento do observatório como uma plataforma de inteligência territorial capaz de contribuir para ações de prevenção de riscos climáticos, incêndios e desmatamento na região amazônica. As metodologias e soluções trabalhadas incluem: análise e monitoramento de dados de satélite, modelagem preditiva e interoperabilidade regional.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/observatorio-regional-amazonico-da-otca-lanca-painel-sobre-degradacao-florestal-na-amazonia-2/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lanca-expomif-virtual-e-reforca-cooperacao-amazonica-em-manejo-do-fogo/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-impulsiona-dialogo-regional-sobre-politicas-e-direitos-linguisticos-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/ora-recebe-especialista-do-banco-mundial-para-avancar-inteligencia-territorial-na-amazonia/>